

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1-ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

Conhecer para (Des)envolver: vivências da ruralidade num contexto insular

Eva Vidal; Ana Cristina Palos; António Rodrigues (Departamento de Ciências da Educação e Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, Campus de Angra do Heroísmo)

Introdução

Sabemos que em Portugal o mundo rural está ainda muito associado à actividade agrícola e a um certo subdesenvolvimento em termos sociais e económicos, mesmo no contexto das sociedades informacionais em que hoje vivemos. Não obstante, a modernização ocorrida nas últimas décadas (abertura de vias rodoviárias e de comunicação) torna os espaços rurais mais permeáveis a influências culturais e a sua integração em circuitos de maior mobilidade que favorecem a ligação com outros locais (Peixoto, 2004). As mudanças na sociedade global atingiram o rural não apenas na estrutura produtiva, por acentuadas transformações no trabalho agrícola e doméstico e uso do espaço, mas também se repercutiram no quadro de vida das suas populações, determinando profundas mudanças ajustadas a novas concepções e modos de viver, em que os saberes se modificaram, bem como os ritos e as sociabilidades.

Na actualidade, tende a prevalecer a conceptualização do rural como espaço que é necessário integrar e valorizar o que parece corresponder à (re)descoberta do mundo rural como reserva de heranças e memórias sociais, culturais e ambientais únicas (CCE, 1988; Figueiredo, 2003). Vislumbra-se, no espaço rural, o palco possível para uma nova qualidade de vida e a sua revitalização pode ser pensada como estratégia para redireccionar o desenvolvimento. Este redireccionamento acentua a tendência para a valorização da dimensão não agrícola do mundo rural que é socialmente construída a partir da ideia de património (Ferrão, 2000) que converge, segundo este autor, para (1) um movimento de renaturalização (conservação e protecção da natureza); (2) a procura de autenticidade (valorização de memórias e identidades materializadas nos patrimónios históricos e culturais) e (3) mercantilização das paisagens (valorização do rural para actividades de turismo e de lazer).

Tal significa que, se no passado se desencadeavam, nos territórios rurais, processos de saída ou repulsão das suas populações, atraídas pelo modo de vida urbano, na actualidade parece estar a acontecer uma inversão deste sentido, constituindo os centros urbanos pólos de repulsão de alguns sectores populacionais que reconquistam o campo (apesar

de este movimento ser, obviamente, menos massificado do que o anterior). Este processo é qualificado por Mormont (1984) como um processo de redefinição do rural no espaço social: “de espaço produtivo passa a espaço simbólico, de espaço do passado a espaço alternativo, de espaço de onde se vem a espaço para onde se vai.” Baptista (2001: 41) realça que “a descoberta dos prazeres da natureza e das tradições rurais por largos sectores da população urbana é recente [visita e fruição das paisagens e dos patrimónios cultural e arquitectónico e também segundas habitações]. Paralelamente, largas camadas urbanas despertam para as dimensões ambientais e ganham um crescente interesse pelo território agora visto como um repositório da natureza e da harmonia.”

I. O contexto em estudo e os pressupostos do olhar do investigador

A problemática do desenvolvimento rural, e mais propriamente no que concerne ao espaço local da freguesia do Raminho, representou uma das preocupações que acompanhou uma pesquisa, exploratória e descritiva, realizada em 2007. Foram aplicadas entrevistas, a alguns residentes e novos residentes, direccionadas para a apreensão das suas perspectivas acerca do local, em múltiplas dimensões.

A freguesia do Raminho está localizada no extremo oeste-noroeste da ilha Terceira, do arquipélago dos Açores, Portugal. Tem uma área administrativa de 11,25 Km² e uma altitude média de cerca de 130 metros. Encontra-se a vinte e sete quilómetros da sede de concelho de Angra do Heroísmo, sendo aquela que mais dista, em termos de acessibilidades, dos centros urbanos da ilha (Angra do Heroísmo e Praia da Vitória). De acordo com os resultados dos últimos censos de 2001, o Raminho tinha uma população residente de 550 habitantes. Desde 1900 que a freguesia apresenta quebras populacionais. Entre 1981 e 2001, ocorreu uma redução de 17% da população residente, o que, em termos absolutos, representa a perda de 113 pessoas. Ao compararmos o cenário ocorrido no Raminho, verificamos que, de 1900 a esta parte, a freguesia contrariou a tendência verificada no concelho e na ilha em que a variação da população residente é positiva.

A taxa de analfabetismo verificada na freguesia supera a do concelho, tendo aumentado ligeiramente entre 1991 e 2001. Apenas 7,5 % da população possui o ensino secundário completo, contra cerca de 78% que possui o ensino básico. Numa freguesia onde predomina a faixa etária dos 25-64 anos, existe um baixo nível de qualificações da população. Também se verifica um crescimento, embora pouco significativo, da população que frequenta o ensino universitário e que representa 2,4% da população. O sector primário que integrava, em 1991, 54,2 % da população já só empregava, em 2001, 25,2% dessa população. Por outro lado, o sector secundário e terciário ganham uma importância acrescida na estrutura do emprego da população activa local. Enquanto na ilha e no concelho não

se verifica, nesta década, uma mudança da estrutura do emprego da população activa, no Raminho essa mudança é bastante notória. Apesar da perda do peso verificada no sector primário, a Agro-pecuária permanece com uma importância incontornável, com 25% da população activa empregada, seguindo-se a Construção com 19%, e os Serviços Públicos, com 17%. Estes três sectores de actividade representam, em conjunto, 125 empregos, cerca de 61% da população activa empregada.

A assunção do papel de investigador neste contexto conflituou com o papel, previamente assumido, de actor-participante nos processos sociais, uma vez que, durante alguns anos, exercemos funções docentes numa escola desta freguesia.

A ideia de desenvolvimento rural que preconizávamos para esta comunidade em concreto, numa fase inicial, inscrevia-se na linha de alguns modelos de análise utilizados na descrição e na interpretação das transformações dos espaços rurais, que apelam para uma noção de desenvolvimento que admite a hegemonia de um modelo urbano, industrial e moderno que comanda a transformação do meio rural segundo uma lógica de modernização, industrialização da agricultura e de metamorfose da cultura local por via da difusão tecnológica e dos valores urbanos. A ênfase na dimensão económica desse desenvolvimento conduzia-nos a erigir como problemas locais os que relevavam da ausência de emprego local, numa estrutura económica predominante baseada na agro-pecuária e na exploração leiteira, ou outros problemas sociais decorrentes, por exemplo, da elevada taxa de analfabetismo da população e da existência de absentismo escolar. Os dados estatísticos disponíveis indicavam-nos, precisamente, uma tendência demográfica recessiva, baixos níveis de qualificação ou formação da população, ou a alteração da estrutura de emprego sinalizada pela importância acrescida que os sectores secundário e terciário assumem em detrimento do sector primário.

Reconhecíamos, contudo, algumas potencialidades a este contexto: a par de uma preservação do património natural, geomorfológico e cultural ainda muito marcada, era também manifesta a capacidade de mobilização dos movimentos associativos locais, de cariz social e cultural, materializada na extrema diversidade de grupos locais. Era particularmente notória, também, a persistência de traços comunitários e de valores marcados pela entreajuda, a união e a solidariedade intergeracional. Salientávamos, na leitura da realidade do Raminho, um conjunto de contradições; admitíamos, por um lado, a capacidade de mobilização e iniciativa dos habitantes em torno de manifestações culturais ancestrais, mas por outro, registávamos a sua desvalorização dos problemas económicos e sociais locais como inércia, passividade e alheamento. Conotámos estas posturas com subdesenvolvimento e resistência à mudança, como se tivessem desistido de se desenvolverem ou parado no tempo, porque, de uma forma prepositiva, pensávamos que o desenvolvimento

local passaria por introduzir uma lógica de modernização e industrialização na agricultura e por uma aposta de investimento nas potencialidades turísticas deste local.

À medida que íamos discutindo os quadros conceptuais, cruzando-os com os dados empíricos provenientes das entrevistas exploratórias a informantes privilegiados da freguesia, evidenciava-se a necessidade de procedermos a uma abordagem sistémica da realidade que, simultaneamente, nos induzia a desfazer os pressupostos com que pensávamos este contexto empírico. A realização desta pesquisa permitiu-nos reconhecer que o processo de desenvolvimento rural não pode “progredir sem a vontade e as iniciativas locais. Trata-se de um processo que torna possível, em meio rural, que a associação de iniciativas locais e de incentivos externos conduza à realização de projectos indutores de progresso” (Kayser, 1990, citado em Figueiredo, 2003). O local é um elemento essencial para compreender transformações e intervir sobre elas (Figueiredo, 2003; Reis e Lima, 1998; Amaro, 1996, 2001), ou seja, agir sobre os problemas e promover a sua requalificação.

2. Em busca de um modelo de desenvolvimento local participado

O desenvolvimento rural começa a ser crescentemente pensado como local, integrado e endógeno, a partir dos anos oitenta. “Através de programas de animação específicos, procura-se o envolvimento, a participação e o compromisso com os actores locais para que estes, por vontade colectiva, definam ou venham a aceitar estratégias de reorganização do espaço rural” (Reis & Lima, 1998). A diversidade e especificidade de potencialidades e de problemas que o espaço rural engloba determinam também funções e abordagens diferenciadas, daí que seja extremamente relevante a consideração de uma multiplicidade de aspectos nos processos de tomada de decisões. Hespanha (2003) acentua que os processos de planeamento do desenvolvimento para as áreas rurais devem configurar importantes e renovados desafios a nível social, político e económico. Um dos aspectos a considerar nesses processos de planeamento passa, na nossa perspectiva, pelo reconhecimento dos modos de vida e pela valorização dos valores socioculturais locais, entendidos enquanto marcas que perduram no tempo e que constituem importantes factores de construção das identidades sócio-espaciais.

3. A valorização ideológica do meio rural e dos seus modos de vida

No caso específico da freguesia, e de acordo com os conteúdos indicados pela amostra da população, a organização e o tipo de relações estabelecidas localmente apresentam ainda traços comunitários e valores tradicionalmente reconhecidos como sendo característicos do mundo rural. Um desses valores remete para o interconhecimento, tal como é qualificado por Mendras (1978: 87) “que assinala uma forma particular de organização da

sociabilidade” e que valida “um acordo ideológico completo de todos os seus membros, que partilham a mesma visão do mundo, o mesmo sistema de valores” (idem: 94). Efectivamente, os depoimentos recolhidos habilitam-nos a defender que esta forma particular da estrutura das relações sociais ainda se evidencia na localidade.

O interconhecimento surge como uma das principais características referida por pouco mais de metade dos entrevistados que evidenciaram como a característica mais positiva dos habitantes e está também presente na descrição acerca das relações que se criam entre eles. Considera-se, por isso, a importância das relações de interconhecimento na configuração dos processos sociais que simultaneamente correspondem também à especificidade do espaço social da freguesia do Raminho: “Aquelas pessoas que são mesmo de cá é quase como uma família, somos todos uns com os outros.” (Carpinteiro, 40 anos), como se o lar fosse o Raminho: “É uma freguesia pequena, unida e ao mesmo tempo sentimo-nos como se estivéssemos em casa” (Assalariado Agrícola, 22 anos).

A hospitalidade e a capacidade de acolher bem as pessoas são, para 50% dos participantes no estudo, igualmente valores reconhecidos ao Raminho, evidente no discurso de um dos entrevistados: “Isso acho que é das principais qualidades que o Raminho tem, é ser acolhedor. Esta é capaz de ser a principal qualidade que a freguesia tem, é o facto de acolher bem as pessoas (...)” (Estudante, 24 anos). A entreatajuda e as relações de amizade constituem, para mais de metade dos entrevistados, categorias prevaletentes embora menos intensamente do que no passado “Agora, o Raminho, se a pessoa for de boa fé (...) o que eu acho pessoalmente, as pessoas abrem-se e conversam e ajudam no que for preciso e, pronto, acho que isso é que marca mais as pessoas do Raminho, a abertura e a boa vontade de ajudarem no que for preciso, principalmente as pessoas mais velhas (...) a entreatajuda, isso ainda se consegue conservar (...) a boa vontade de ajudarem no que for preciso. Eu valorizo cada vez mais o Raminho pelo espírito de entreatajuda que ainda há entre os habitantes, embora cada vez se esteja a perder mais. Cá ainda existe.” (Engenheiro do Ambiente, 31 anos).

A análise da situação social concreta da freguesia do Raminho faz acreditar na alteração de formas tradicionais da entreatajuda e de vizinhança, mas não o seu desaparecimento; de facto, nota-se uma parcial dissolução destes valores na lógica em que se constituíram no passado, ou seja, como circuitos importantes no plano das relações de sociabilidade e das exigências específicas que a organização económica da agricultura local impunha. Hoje, a mecanização das explorações agrícolas torna dispensável, na maioria das vezes, o recurso à entreatajuda nos moldes anteriores. Salienta-se que as opiniões de um quarto dos entrevistados, a esse respeito, convergem no sentido de admitir-se que as relações de vizinhança e de cooperação são integradas e significantes no quadro de vida da população,

agora ajustadas a novas concepções e modos de viver, em que os saberes se modificaram, bem como o ritos de trabalho, mas as sociabilidades ainda são valorizadas.

A configuração das relações intergeracionais e o reforço activo dos laços e solidariedades intergeracionais são referidos por um quarto dos entrevistados, em que os saberes ancestrais são legitimados pelos jovens da freguesia, no contexto da diversidade cultural e social actual, em que os múltiplos saberes se cruzam e acontecem no intercâmbio entre os actores sociais. No entender dos entrevistados, os idosos podem constituir excelentes recursos humanos, na procura de valorização dos saberes e da cultura local. Os idosos são “símbolos vivos da história local, portadores de cultura e gestores da memória” (Amiguiño, 2005: 27). O desenvolvimento de práticas intergeracionais, com um propósito de participação social útil, de reconhecimento pessoal e social dos mais velhos, de legitimação dos saberes ancestrais, devidamente articulado, é decididamente um contributo educativo e de animação comunitária para a promoção do desenvolvimento e também para a “descoberta e reviver das raízes, ao ressurgimento, reinvenção e reconstrução das tradições” (idem: 31). Conservar relações e saberes intergeracionais destaca-se, por exemplo, numa das propostas dos entrevistados: “Seria importante criar um projecto sobre algo que envolvesse os jovens e os idosos (...) em prol do desenvolvimento da freguesia do Raminho. Podiam-se dinamizar actividades culturais, peças de teatro entre ambos, algo que trouxesse as pessoas a virem ver, que juntasse a freguesia e não só” (Educatória de Infância, 35 anos).

A preservação de manifestações culturais singulares é também defendida pelos nossos entrevistados: “Tanto em termos culturais, religiosos, o Raminho tem uma peculiaridade que é uma Procissão que é única na ilha que é a Procissão dos Abalos.” (A, Estudante, 24 anos); “Temos o nosso Grupo Coral, está muito virado agora para a cultura, é muito activo”. (Educatória de Infância, 35 anos); “é uma freguesia rica culturalmente, na vertente do teatro popular, da poesia (...) temos poetas, improvisadores, cantadores”. (Engenheiro do Ambiente, 31 anos); “A nível cultural, eu vejo que são muito ligados ao teatro, à música, então são imenso e acho isso muito giro!”. (N, Professora do Terceiro Ciclo, 41 anos). Estes discursos enfatizam o dinamismo cultural da freguesia como potencial de atractividade: “Podiam-se desenvolver mais iniciativas ou incentivos culturais, sociais, desportivas, para que a freguesia conseguisse crescer mais, que chamasse mais pessoas, mais população para vir residir aqui, e para que os que estão aqui não saiam” (Empresária Agrícola, 32 anos).

Para além das relações interpessoais surgem outros factores de identificação com o local que justificam, na óptica dos entrevistados, a forte ligação afectiva à freguesia. Para a totalidade dos nossos entrevistados, as propostas de desenvolvimento do local não podem desestruturar quer as relações interpessoais quer as características que este espaço rural

evoca: “a paisagem e a tranquilidade, o ambiente e a liberdade, a harmonia e a qualidade de vida” (Peixoto, 2004: 6).

Assim, a paisagem e a proximidade com a natureza são os aspectos, para mais para cerca de 60% dos entrevistados, caracterizam a freguesia e traduzem a sua singularidade, por oposição à cidade: “No Raminho pode-se desfrutar da natureza quando se abre a porta em lugar de ver edifícios e coisas assim ...” (Técnico de Gestão Pecuária, Desempregado, 24 anos) muito do local onde vivo (...) Estou habituado à beleza da minha localidade” (A, Estudante, 24 anos). A calma e a tranquilidade aparecem também como características que, cerca de 65% dos entrevistados, associam ao Raminho: “é um lugar calmo para se viver, onde as pessoas se sentem bem.” (Carpinteiro, 40 anos), “É uma freguesia óptima para se viver, porque é calma, pacata!” (Empresária Agrícola, 32 anos), “um estilo de vida tranquilo” (J, Assistente de Lar, 28 anos). De igual modo, a segurança que sentem na freguesia também aparece muito valorizada: “Eu como vivo no Raminho não tenho medo porque sei que o meu meio não é urbano, não tenho razões para ter tanto medo” (D, Engenheiro Civil, 24 anos).

Verifica-se, assim, que o espaço rural não só não perdeu a sua “capacidade de conferir singularidade aos comportamentos e condutas sociais” locais, como ainda, o facto de permitir uma “relação próxima com a natureza” e preservar o “tipo de sociabilidade, íntima e permanente” tem autorizado que os espaços rurais se constituíam, na actualidade, como “espaços sociais alternativos às concentrações urbanas (Hespanha, 2003: 2).

4. A requalificação da freguesia: propostas e protagonistas

Quando convidámos os nossos entrevistados a pronunciarem-se acerca de propostas de criação de projectos de desenvolvimento para o Raminho eles manifestam, como prioridades, a preservação dos saberes socioculturais e o aproveitamento dos recursos naturais. No Raminho existe um valioso património natural e paisagístico pelo que, vários entrevistados (cerca de 70%), reconhecem potencialidades turísticas locais que podem ser aproveitadas para impulsionar o turismo em espaço rural, ou ecoturismo, com vista à revitalização da freguesia: “Acho que tem potencial no âmbito do turismo. Temos zonas bonitas que ninguém vai vê-las.” (Desempregado, 24 anos); “Devia de haver mais turismo aqui, a gente também tem lugares como o Calhau da Garça, que também é bonito.” (Estudante, 14 anos). Os marcos turísticos mais valorizados são a Igreja, o Miradouro e a Vigia da Baleia.

Alguns entrevistados perspectivam a necessidade de impulsionar a diversificação da economia, isto é, a criação de actividades e serviços promotores de emprego na localidade do Raminho, não só para fixar a população como para revitalizar o desenvolvimento local,

o que passará pela capacidade de rentabilizar melhor os recursos presentes neste território, mas na óptica da nova “filosofia do desenvolvimento” que “procura compatibilizar sustentabilidade económica e sustentabilidade ecológica” (Reis & Lima, 1998: 557). Alguns chegam mesmo a verbalizar propostas específicas: “talvez criar um campo de aerogeradores, porque a freguesia também é bastante ventosa mas isso também, em contrapartida, ia criar poluição visual” (Técnico de Gestão Pecuária, Desempregado, 24 anos).

Os problemas da desertificação dos campos e do abandono da terra parecem estar nos horizontes de preocupação das pessoas. Neste sentido, a criação de emprego local apresenta-se como um desígnio que permitiria mobilizar diversas forças locais para um projecto comum, mas, uma vez mais na óptica da sustentabilidade ambiental “Não é fácil haver novos empregos na freguesia do Raminho mas, para promover isso, teria que haver aqui indústria mas isso não é preciso (riso), acho que poderia haver noutros lados.” (Engenheiro Civil, 24 anos).

Outra área em que as preocupações das pessoas se acentuam é a educação e formação da população residente: “Existem muitos jovens aí que não fazem nada, deixaram os estudos e andam aí nesses caminhos para baixo e para cima.” (Auxiliar de Acção Educativa, 29 anos); “Há necessidade de investir na formação das pessoas e na animação através de ocupação dos tempos livres, tanto para idosos, como para os jovens e crianças, para o desenvolvimento da freguesia” (Empresária Agrícola, 32 anos). A necessidade de fomentar uma intervenção é expressa como necessária e inadiável: “Fazia isso, formava a população, criava coisas para desenvolver mais a freguesia, investia na formação ou qualificação da população.” (Empresária Agrícola, 32 anos). Considera-se o grupo crítico ou alvo de intervenção prioritária na freguesia os jovens, nas questões de educação, de ocupação e prevenção do alcoolismo (um quarto dos entrevistados), sendo igualmente apontada a carência de actividades de animação e a perda das dinâmicas de grupo a médio prazo.

A criação de condições ou a melhoria de infraestruturas específicas e de serviços básicos de apoio à população do Raminho e aos turistas surge como uma exigência na determinação de orientações que visam o desenvolvimento comunitário: “carência de infraestruturas para o desporto, tipo construir um polidesportivo, que ali não tem condições nenhuma para os jovens que queiram praticar desporto. A própria zona não tem muitas condições para oferecer aos habitantes que vêm de fora, visitantes locais ou turistas”. (Técnico de Gestão Pecuária, 24 anos); “Algumas potencialidades naturais existentes na freguesia não estão a ser aproveitadas, porque são de difícil acesso”. (Assistente de Lar, 28 anos).

Ao questionar-se os entrevistados sobre quem deveria criar e dinamizar projectos e propostas de desenvolvimento a nível local, quase todos (87,5%) assumem que deve ser uma acção dos cidadãos: “Primeiro cada cidadão é um membro activo. Cabe a todos. Tem

que partir das pessoas e não esperarmos que a Junta de Freguesia faça!” (Estudante, 24 anos). Um número ainda significativo das respostas sugere que essa competência deve ser assumida em partilha com outros actores em presença “as próprias pessoas, qualquer pessoa deve apresentar à Junta mas tinha de se juntar todos e fazer alguma coisa” (Empregada no Comércio Local, 33 anos).

Para cerca de metade dos entrevistados prevalece a ideia de que uma estratégia de implementação de desenvolvimento da freguesia passa pela concessão de apoios governamentais: disponibilização de meios e recursos, incentivos fiscais à fixação da população, apoio à habitação para jovens e incentivos aos jovens empresários. Essencialmente é para o grupo dos jovens que se projectam as intervenções futuras necessárias: “Criar, por exemplo, incentivos fiscais para a fixação dos jovens na freguesia, como se faz já em muitas regiões do país, para apoiar os jovens financeiramente ou mesmo nos seus descontos para as finanças e isso, um bónus ou qualquer coisa assim, acho que era importante, ou apoiar na construção de uma casa nova.” (Técnico de Gestão Pecuária, 24 anos).

É reconhecido à Junta de Freguesia a capacidade, o poder e a influência ao nível da concretização das decisões, pese embora a insuficiência de meios e de recursos financeiros necessários para esse efeito: “A Junta em si é que tem que apresentar projectos e eles têm o conhecimento do que é mais necessário na freguesia” (Empresário Agrícola, 44 anos). Um terço dos entrevistados considera que o aproveitamento das potencialidades locais depende exactamente da criação e dinamização de projectos pelas autoridades políticas locais, a Junta de Freguesia, a quem compete, em primeira instância, potenciar uma acção institucional de acordo com a realidade da freguesia.

Por um lado, o aproveitamento das potencialidades da freguesia e dos recursos endógenos apresenta-se como uma meta difícil de atingir, apenas pela acção isolada da Junta de Freguesia “Pois é difícil, porque requer sempre muito dinheiro e também a Junta de Freguesia também não tem, querem fazer mas, para agirem, precisavam de alguém que ajudasse, o governo, de apoio financeiro, muitas vezes não o têm.” (Assistente de Lar, 28 anos).

Dá-se nota também do descrédito, por parte de alguns dos entrevistados, em relação às políticas definidas para as áreas rurais e o sentido crítico manifestado relativamente à sua ineficácia, como se percebe pelo discurso a seguir: “Acho que se passasse p’rá prática o que se vem dizendo desde a entrada de Portugal na Comunidade Europeia que é dinamizar as áreas rurais, criar postos de trabalho, tentar fixar jovens na comunidade, porque isso sinceramente, e as pessoas têm noção disso, isso é só da boca p’ra fora e isso é só no papel, porque na realidade não é assim. Principalmente nos meios rurais onde deveria ser majorado, as coisas é no papel, é na teoria mas na prática não é.” (Engenheiro do Ambiente, 31 anos).

Os entrevistados, de um modo geral, declaram que parece haver uma falta de estratégia por parte do poder público, apesar de terem sido implementadas algumas acções locais pela Junta de Freguesia. Com efeito, parece estarmos perante uma comunidade que, não pondo em causa a iniciativa das autoridades locais, manifesta capacidade crítica na análise das opções que aquelas propõem para a requalificação local. As propostas de medidas e as iniciativas de intervenção decididas na esfera política precisam de partilhar dos pontos de vista da comunidade, a partir das várias e diferentes perspectivas, na definição do rumo que deve seguir o processo de desenvolvimento local, isto é, devem “projectar as aspirações nas mais variadas esferas da vida comunitária (saúde, qualidade de vida, ambiente, património, infraestruturas, emprego, economia, educação, segurança, social, desporto, cultura, entre outras” (Schmidt, Gil Nave e Guerra, 2005) pois, caso contrário, resultarão na incompatibilização de interesses. “ Para avançar na selecção das áreas de intervenção mais importantes não se pode dispensar o contributo daqueles que melhor conhecem e/ou sofrem com os problemas”.

5. Conclusão

Numa fase inicial desta investigação olhámos a realidade em estudo à luz de modelos estandardizados de desenvolvimento que preconizam planos de acção e projectos sociais padronizados. Posteriormente, quando questionámos esta postura, e nos predispusemos a reconhecer a realidade, mediante a escuta activa do sentido e significados que os habitantes atribuem ao local, compreendemos que os processos de desenvolvimento local não podem dispensar o contributo daqueles que melhor conhecem, e vivenciam, os problemas. Percebemos que a visão de futuro da comunidade estudada, partilhada por este grupo de entrevistados, não valoriza as tradicionais dimensões de desenvolvimento reduzido à dimensão económica, mas antes propostas que, integrando esta dimensão, incorporem, igualmente, os recursos endógenos e a preservação dos valores e identidades locais. A procura do desenvolvimento sustentável do Raminho, naquilo que é conciliar as dimensões económica, ambiental e social, implica a mobilização da população e o fomentar do compromisso dos actores locais com as medidas implementadas. Para tal é necessário que, nesse processo, se privilegie a integração de problemas e de interesses, a preservação dos valores da ruralidade e a gestão sustentável do espaço e dos seus recursos, através de abordagens de governação local do tipo bottom-up, que convoquem a participação pública. Ora, sendo o educador ambiental um mediador, a sua participação e envolvimento em projectos de desenvolvimento local autênticos e sustentáveis tem de partir do reconhecimento do local como um espaço de vida dotado de sentidos para os seus habitantes.

Bibliografia

- AMARO, Rogério Roque (1996). O Desenvolvimento local. Um caminho para a Sociedade-Providência? in "Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva": 221-233.
- AMARO, Rogério Roque (2001). Opções, estratégias e actores... no caso de Foz Côa in GONÇALVES, Maria Eduarda (Coord.) "O caso de foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica". Lisboa, Edições 70.
- AMIGUINHO, Abílio (2005). Educação em meio rural e desenvolvimento local. "Revista Portuguesa de Educação", vol.18, nº 2: 7-43.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2001). Agriculturas e territórios. Oeiras, Celta Editora.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1988). The Future of Rural Society. "Boletim das Comunidades Europeias", Suplemento 4/88. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (PSTA/PO/1007)
- FERRÃO, João (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. "Eure Santiago", vol.26, nº.78: 123-130.
- FIGUEIREDO, Elisabete (2003). Um rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais. Dissertação de doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro.
- HESPANHA, Pedro (2003). Os estudos rurais e a economia agrícola. Novas oportunidades e desafios à investigação. [Http://www.esa.ipb.pt/estudosrurais/Pdfs/Pedro_Hespa.pdf](http://www.esa.ipb.pt/estudosrurais/Pdfs/Pedro_Hespa.pdf) (22/05/07).
- MENDRAS, Henry (1978). Sociedades camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores
- MORMONT, Marc (1984). Rural, nature and urban natures. "Sociologia Ruralis", vol. XXVII, nº 1º.
- PEIXOTO, Paulo (2004). O desaparecimento do mundo rural. <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel11/PauloPeixoto.pdf> (22/05/07)
- REIS, Manuela & LIMA, Aida Valadas (1998). Desenvolvimento, território e ambiente in Viegas, José Manuel & Costa, António Firmino (org.) "Portugal, que Modernidade?". Oeiras, Celta.
- SCHMIDT, Luísa, GIL NAVE, Joaquim & GUERRA, João (2005). Autarquias e desenvolvimento sustentável. Agenda21 local e novas estratégias ambientais. Porto, Fronteira do Caos Editora.
- SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES (2003). Principais resultados definitivos dos censos 1991 e 2001.